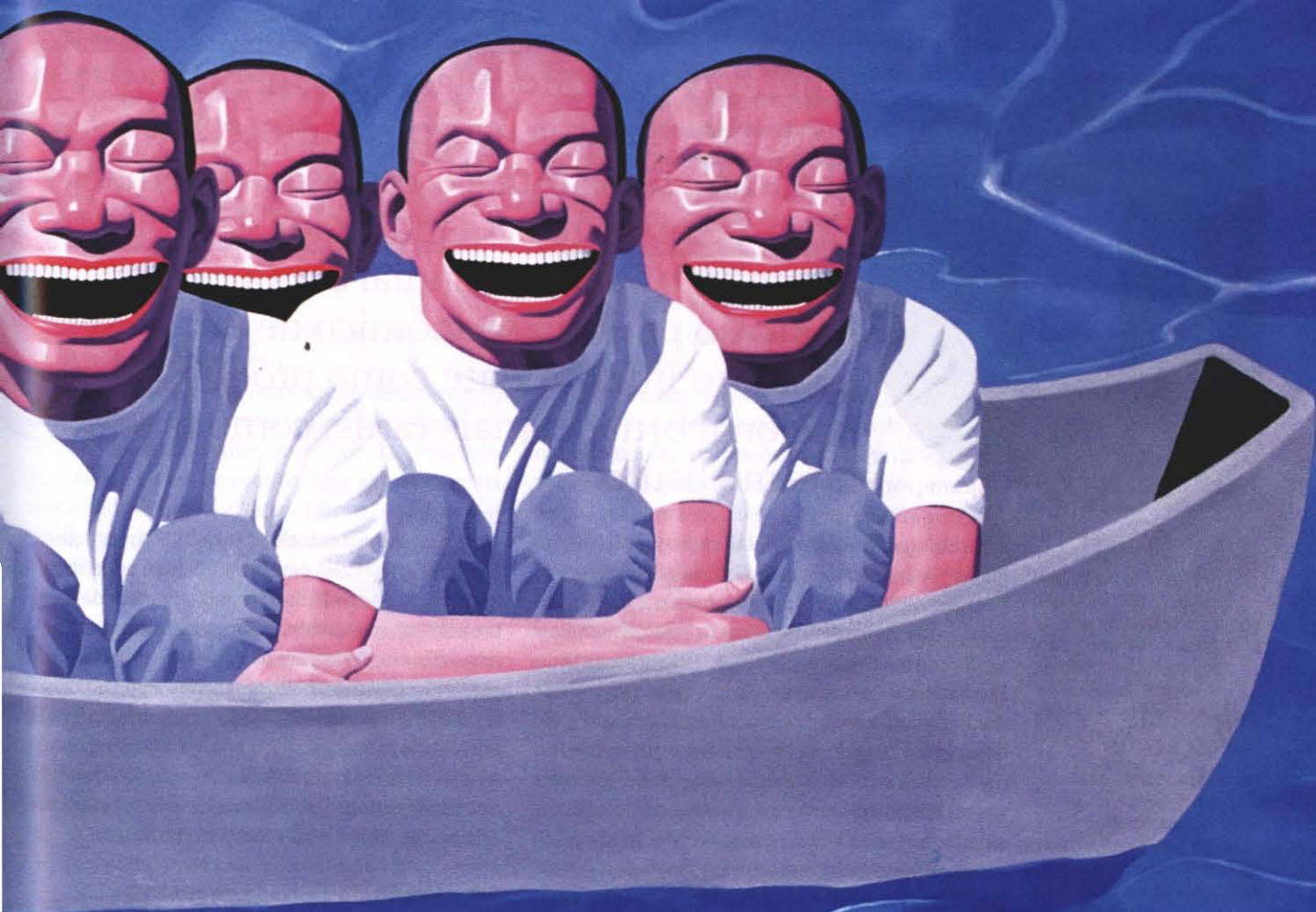


OBRA Yue Minjun, *Arca de Noé*, 2006
Litografia e serigrafia, 105 cm x 134 cm





A matemática do bem-estar

Há um jeito melhor de medir o progresso do que o PIB? Justin Fox

Dinheiro não é tudo. Mas, para medir o sucesso de uma nação, há muito é praticamente a única coisa usada (além, é claro, de esportes). O indicador dominante desde a 2ª Guerra Mundial é o valor, em dólar, do produto econômico de um país, expresso inicialmente como produto nacional bruto e, mais tarde, como produto interno bruto.

PAÍSES COM MAIOR RENDA

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano da ONU em 2011, as nações abaixo são as de maior renda per capita do mundo.

1. CATAR
2. LIECHTENSTEIN
3. EMIRADOS ÁRABES UNIDOS
4. CINGAPURA
5. LUXEMBURGO
6. KUWAIT
7. NORUEGA
8. BRUNEI
9. HONG KONG
10. ESTADOS UNIDOS

É um avanço em relação à classificação por vitórias militares — o critério mais antigo e consagrado. E a era do PNB e do PIB tem sido caracterizada por um espetacular avanço no padrão de vida e na riqueza mundiais.

No momento, no entanto, o PIB está acossado. Economistas e governantes falam cada vez mais de medir o estado de um país por outros critérios e até de usar um conceito aparentemente piegas como o de “felicidade”. Um estudo de 2009 sobre alternativas ao PIB, encomendado no ano anterior pelo presidente francês Nicolas Sarkozy e conduzido pelos economistas Amartya Sen, Joseph Stiglitz e Jean-Paul Fitoussi, virou sensação entre a *intelligentsia* global. Em outubro de 2011, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — clube das nações ricas do planeta — engrossou o coro com um relatório sobre o “bem-estar” de países membros intitulado “How’s Life?”. De 2007 para cá, o Legatum Institute, uma instituição privada, vem soltando anualmente um Índice de Prosperidade mundial, uma mescla sofisticada de indicadores econômicos e de outra natureza. Várias nações estão pegando o bonde. Até aqui, o destaque vai para o Reino Unido, onde o primeiro-ministro David Cameron anunciou planos para medir o bem-estar nacional. Também há rivais ao PIB com décadas de existência, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da ONU, e a insistência do Reino do Butão na meta de maximizar não o PNB ou o PIB — mas a FNB: a “felicidade nacional bruta”.

Como sabe qualquer um que mexe com gestão, só se administra o que se mede. Logo, embora a

discussão sobre a substituição do PIB possa parecer fantasiosa, sua crescente credibilidade em círculos importantes poderia lhe dar impacto verdadeiro sobre políticas econômicas. Além disso, ecoa iniciativas em certas empresas para uso de novos critérios para medir o sucesso de modo geral. Vale a pena, portanto, conferir de onde está vindo o movimento e para onde pode rumar (leia mais sobre como a expansão de indicadores de desempenho leva a novas prioridades na gestão no artigo “Capitalismo desenfreado”, de Christopher Meyer e Julia Kirby, nesta mesma edição).

Do cálculo da felicidade ao PIB

A história em geral começa com Jeremy Bentham, inglês que em 1781 propôs uma filosofia da utilidade na qual o mérito de uma ação era determinado pela felicidade que produzia. Eram os tempos do Iluminismo, quando pensadores buscavam substituir normas fundadas na religião por critérios racionais e científicos para a tomada de decisões e a condução da vida. Bentham sugeriu a criação de uma espécie de cálculo da felicidade para qualquer ação com a comparação de 12 dores (dores do sentido e dores do constrangimento, por exemplo) e 14 prazeres (prazeres da amizade, prazeres da riqueza).

Embora o conceito básico da utilidade tenha vingado, o mesmo não ocorreu com a abordagem de Bentham. Calcular prazer e dor de uma forma que pudesse ser comparada de indivíduo para indivíduo era difícil e complicado demais. Economistas, os maiores defensores do conceito, acabariam se concentrando na expressão tangível de necessidades e

Ideia em resumo

Desde a 2ª Guerra Mundial, o produto nacional bruto e seu substituto, o produto interno bruto, têm sido os principais indicadores do sucesso de uma nação. Agora, porém, governos e entidades sem fins lucrativos estão trabalhando para criar indicadores alternativos para a avaliação do progresso.

O PIB está sob ataque por três grandes motivos. Um deles é que, mesmo em seus próprios termos, é falho: ignora um bom volume de atividade econômica (o serviço doméstico não remunerado, por exemplo) e, por representar, num único número, sistemas vastos e complexos, é inevitavelmente

distorcido. Outro motivo é que não computa a sustentabilidade econômica e ambiental. Por último, indicadores já disponíveis — de escolaridade, por exemplo, ou expectativa de vida — podem refletir o bem-estar muito melhor do que a produção econômica.

desejos do indivíduo: aquilo em que a pessoa se dispenha a gastar seu dinheiro.

Esse trabalho teve sua apoteose na década de 1930, quando Paul Samuelson tentou explicar a economia do bem-estar em termos puramente matemáticos. Na mesma época, os economistas Simon Kuznets, nos Estados Unidos, e Richard Stone, no Reino Unido, vinham criando os sistemas de contas nacionais que deram origem ao PNB e ao PIB. Não estavam realmente preocupados com a utilidade; a grande meta era tornar mais fácil, para governantes, administrar a economia de uma nação em meio a crises financeiras e guerras. Mas a combinação de um indicador simples, da crença entre economistas de que padrões de gastos revelavam tudo e do aumento da influência e do prestígio de economistas foi poderosa. Na década de 1940, o PNB foi adotado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, então recém-criados, como principal indicador do crescimento econômico; ao longo dos anos, assumiu conotações ainda mais profundas de sucesso e bem-estar.

Para seu propósito original — medir flutuações econômicas de curto prazo —, o PIB não deve ser suplantado tão cedo. Aliás, pode até estar ganhando terreno: no momento, há uma grande discussão para definir se o americano Federal Reserve e outros bancos centrais deviam, em tempos de crise, fechar o foco não na inflação, mas no crescimento do PIB.

Já quando a atenção se desloca de altos e baixos de curto prazo a coisa fica mais complicada. “Nosso produto nacional bruto (...) computa a poluição do ar e a publicidade de cigarro e ambulâncias para limpar nossas rodovias do morticínio”, disse Robert F. Kennedy na campanha presidencial em 1968. “Computa fechaduras especiais para nossas portas e prisões para aqueles que as arrombam. Computa a destruição das matas e a perda de nossas maravilhas naturais para a expansão urbana caótica (...). O produto nacional bruto não computa, no entanto, a saúde de

nossos filhos, a qualidade de sua educação ou seu prazer em brincar.

Embora tenha recebido pouca atenção na época, a invectiva de Kennedy ganhou fama de lá para cá — e merecidamente, pois de forma sucinta dá voz a quase todas as grandes críticas ao PIB. As três principais vertentes são as seguintes: (1) o PIB é, mesmo em seus próprios termos, um indicador falho; (2) não leva em conta a sustentabilidade ou a durabilidade; e (3) há critérios melhores para medir o progresso e o desenvolvimento. Vejamos cada item desses em detalhe.

Erro de medição. O cálculo do PIB envolve uma série de escolhas — e até escolhas sensatas podem levar a resultados distorcidos. Estatísticos naturalmente preferem bens e serviços que são comprados e vendidos — e, portanto, facilmente avaliados pelo valor de mercado — a atividades econômicas cujo valor precisa ser estimado. Coisas como serviço doméstico não remunerado, embora nitidamente de grande importância econômica, ficam de fora do cálculo. E o valor de programas do governo, incluindo serviços de saúde, em geral é sub-representado, bem como o valor do lazer. Mas esse viés antiestimativa é irregular: o “aluguel imputado”, uma estimativa de quanto um proprietário de imóvel pagaria para viver se não fosse o dono do imóvel — representa cerca de 10% do PIB dos EUA, por exemplo.

Outro elemento da inevitável arbitrariedade do PIB foi introduzido com o abandono do PNB na década de 1980 e início da de 1990. O PNB computava a renda dos cidadãos de um país em qualquer parte do mundo em que fosse gerada. Com a expansão do comércio e do investimento internacionais, foi ficando cada vez mais difícil conciliar essa medida com indicadores domésticos como emprego e produção industrial. Fazia sentido adotar o PIB, que mede apenas a produção interna. A mudança, porém, alterou a trajetória de crescimento de muitos países. Nações em desenvolvimento com alto investimento



Artista em foco

Todo mês, os artigos que compõem nosso miniespecial são ilustrados com obras de um artista de destaque. Já que os conceitos discutidos nesses artigos costumam ser complexos e abstratos, esperamos que a obra vibrante e cerebral desses fotógrafos, pintores e criadores de instalações possa infundir energia e inteligência nestas páginas e potencializar as ideias apresentadas.

Neste mês, o foco é ilustrado com obras de Yue Minjun, líder entre artistas contemporâneos na China. Seus autorretratos (é o sorriso de Yue que estampa o abre dos artigos do foco) buscam inspiração em ícones da arte chinesa e ocidental e trazem um comentário sardônico sobre o mundo moderno.

Para mais obras do artista, visite yueminjun.arttron.net.

estrangeiro direto viram o PIB crescer bem mais depressa do que o PNB teria crescido — mas sem necessariamente colher os benefícios, pois o lucro do investimento ficava basicamente com multinacionais.

Sustentabilidade. Como deixa claro a declaração de Kennedy, o PIB não faz distinção entre atividades econômicas que aumentam a riqueza de uma nação e aquelas que destroem recursos naturais (derrubar matas), causam doenças e custos de limpeza futuros (poluição) ou meramente remediavam catástrofes cujo custo nunca é computado (ambulâncias). Medir a sustentabilidade (ambiental ou de outra natureza) do crescimento econômico requer estimativas, é claro. Joseph Stiglitz, um dos principais defensores de algo normalmente conhecido por PIB verde, não crê que estimativas de sustentabilidade sejam mais especulativas do que certas estimativas hoje incluídas no PIB. “Computar o uso de recursos e certos aspectos da sustentabilidade é relativamente fácil”, disse recentemente.

É verdade que a dificuldade de calcular o consumo de energia ou a poluição não é enorme. Mas o lado político é extremamente complicado. No começo do governo Clinton, o Bureau of Economic Analysis — o órgão que calcula o PIB dos EUA — foi instado a criar um PIB verde. Um deputado do estado de West Virginia abortou a iniciativa, pelo temor de que pudesse prejudicar a indústria de mineração de carvão no estado. O projeto de um PIB verde na China avançou bem mais, mas também acabou engavetado devido à oposição.

Outros critérios. Muita coisa de valor na vida não pode ser totalmente computada pelo PIB, embora possa ser medida por indicadores de saúde, educação, liberdade política e afins. Na década de 1980, Amartya Sen começou a distinguir entre “commodities”, que figuram no PIB, e “capacidades”, que não aparecem. Anos depois, num projeto liderado por Mahbub ul Haq, amigo dos tempos de faculdade, Sen conseguiu colocar a ideia em prática. O resultado foi a iniciativa de maior êxito até hoje para suplantarmos o PIB.

Ul Haq foi alto assessor de Robert McNamara no Banco Mundial na década de 1970 e ministro das Finanças no Paquistão na década de 1980. Em 1989, juntou-se ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Há muito sentia frustração com o difícil que era para o Paquistão e outros países pobres registrar rápido progresso exclusivamente pelo critério do PIB — daí criar um projeto para medir melhor o desenvolvimento, buscando Sen e

vários outros economistas de renome para ajudar. O grupo decidiu complementar o PIB com dados sobre expectativa de vida e nível de escolaridade, de fácil obtenção em todo o mundo. Isso feito, juntaram os dados — e essa é a contribuição essencial de ul Haq — para formar um índice simples que permitisse a classificação de países.

“Disse ao Mahbub: ‘Você é um sujeito sofisticado o bastante para saber que tentar captar uma realidade complexa em um número único é vulgar, como o PIB’”, recordou Sen numa entrevista em 2010 com o PNUD. “Ele me ligou de volta depois e disse: ‘Amartya, você tem razão. O Índice de Desenvolvimento Humano vai ser vulgar. Quero que você me ajude a fazer um indicador tão vulgar quanto o PIB, mas que represente coisas melhores.’”

Divulgado em 1990, o primeiro IDH colocou os EUA — à época, o grande líder em termos de PIB *per capita* — em 10º lugar, atrás de Japão, Canadá, Austrália e uma série de países europeus pequenos. O índice também destacou um punhado de nações — Sri Lanka, Vietnã, China — cujo padrão de vida se alçava sobre seu peso econômico. Hoje, o IDH é um indicador dominante nos círculos do desenvolvimento. E, embora o índice principal não tenha mudado muito, o Relatório de Desenvolvimento Humano anual destaca vários outros critérios, como sustentabilidade e distribuição de renda. No último relatório, os EUA vêm em quarto lugar no IDH, mas apenas em 23º na versão “ajustada à desigualdade”.

O IDH deu origem a uma legião de imitadores, de rankings unidimensionais como o Índice de Liberdade Econômica da Heritage Foundation e o Índice de Percepção de Corrupção da Transparência Internacional a indicadores amplos de bem-estar, como o Índice de Prosperidade do Legatum Institute citado lá atrás. Hoje, qualquer indivíduo com domínio estatístico e tempo suficiente pode montar um ranking de nações que case com suas prioridades. Aliás, no site da OCDE até quem não entende nada de estatística pode entrar na dança. O site dá ao visitante a opção de decidir que indicadores são mais importantes para criar um ranking personalizado de países (no meu, a Austrália ocupa o primeiro lugar).

Como medir a felicidade

Uma alternativa a processar montanhas de dados para produzir um índice “vulgar” é achar um jeito melhor de apresentá-los. No fim dos anos 1990, depois de décadas praticando a medicina em países em desenvolvimento, Hans Rosling foi dar um curso de

LÍDERES EM DESENVOLVIMENTO HUMANO

Para montar o Índice de Desenvolvimento Humano, a ONU mede três aspectos básicos da qualidade de vida: saúde e expectativa de vida, educação e renda.

1. NORUEGA
2. AUSTRÁLIA
3. HOLANDA
4. ESTADOS UNIDOS
5. NOVA ZELÂNDIA
6. CANADÁ
7. IRLANDA
8. LIECHTENSTEIN
9. ALEMANHA
10. SUÉCIA

saúde global no Karolinska Institute, na Suécia. No afã de transmitir a complexa história de progresso que testemunhara, buscou a ajuda do filho e da nora — ambos artistas. O resultado foi um software (mais tarde adquirido pelo Google) que representava visualmente a evolução de distintos indicadores ao longo do tempo. Com a narração de Rosling, desvairada como a de um locutor esportivo, é uma alternativa de improvável apelo ao PIB. Qual, exatamente, esse apelo? A palestra de Rosling no TED de 2006 foi vista mais de 3,8 milhões de vezes.

A tese de que é melhor apresentar dados — de caráter econômico ou não — como um painel de indicadores, e não como um resultado único ou um ranking classificatório, vem ganhando força entre especialistas e governantes. No relatório de Sarkozy sobre alternativas ao PIB, o termo equivalente a “conjunto de indicadores” ou “painel de instrumentos” é repetido vez após vez. Não foi, contudo, essa noção que atraiu a atenção do público, mas sim uma palavrinha que aparece bem menos vezes no documento (e sobretudo na bibliografia): “felicidade”.

Talvez nem seja tão surpreendente. Afinal, felicidade é o que Jeremy Bentham buscava maximizar ainda lá atrás. Nas décadas de 1950 e 1960, psicólogos e sociólogos voltaram a perguntar se poderia ou não ser quantificada. Pesquisas de opinião, que então atingiam o ápice como meio de medir (e, em certos casos, determinar) o humor do público, foram um óbvio veículo para a tentativa.

O economista Richard Easterlin importou a discussão sobre a felicidade para sua disciplina com um ensaio em 1974 no qual observava que os resultados de pesquisas nacionais de felicidade não tinham muita correlação com a renda *per capita*. Num mesmo país, o rico em geral era mais feliz do que o pobre, embora países mais ricos não fossem necessariamente mais felizes do que os mais pobres; e, passado um certo nível, o aumento da renda ao longo do tempo não elevava junto a felicidade.

Levou um bom tempo para que o chamado paradoxo de Easterlin recebesse muita atenção de outros economistas. Mas o recente despontar da economia comportamental, que leva a sério a investigação psicológica, causou uma explosão de pesquisas sobre a felicidade e o bem-estar. A tendência é alimentada pelo exemplo do Butão, onde o rei anterior, Jigme Singye Wangchuck, começou a falar sobre a felicidade nacional bruta em 1970, logo depois de chegar ao poder. Em entrevista em 1987 ao *Financial Times*, o rei alertou o mundo para sua visão — levando uma

legião de peregrinos da felicidade ao Butão e incentivando o rei a converter a FNB em algo tangível o suficiente para ser medida com indicadores de desenvolvimento e dados de pesquisas.

O interesse em pesquisas de felicidade também levou a um exame crítico do paradoxo de Easterlin. Após reavaliar resultados de décadas de pesquisas, os economistas Betsey Stevenson e Justin Wolfers causaram comoção em 2008 ao refutar o paradoxo — pelo menos a parte segundo a qual cidadãos de países ricos não eram mais felizes do que os de nações pobres. A dupla não conseguiu derrubar definitivamente a tese de que o aumento da renda ao longo do tempo não elevava a felicidade, mas a evidência reunida certamente confundiu as coisas. Paralelamente, outros estudiosos começaram a distinguir entre pesquisas de felicidade nas quais o entrevistado precisa avaliar o quanto satisfeito está com a vida e sondagens que se concentram no estado emocional em momentos específicos. A primeira qualidade está intimamente ligada à renda; a segunda, não.

O psicólogo e pioneiro da economia comportamental Daniel Kahneman vem trabalhando com o economista Alan Krueger (que agora preside o Conselho de Assessores Econômicos da Casa Branca) na criação de “contas de tempo nacionais” nos EUA. A ideia é combinar pesquisas de uso do tempo feitas pelo Bureau of Labor Statistics desde 2003 com indicadores de valor econômico e, quem sabe, até de felicidade. O conceito aplica sua própria precisão no processamento de dados ao estudo do bem-estar, embora use números distintos: minutos. Além disso, não há razão óbvia para grupos de interesses se oporem.

HÁ LIMITES, PORÉM, à disposição do Bureau of Economic Analysis de ampliar seu escopo. Um artigo de 2010 de vários funcionários do órgão americano concluiu que qualquer expansão do PIB deveria “se concentrar em aspectos econômicos de atividades não mercantis e quase mercantis (...) e não tentar medir o efeito sobre o bem-estar de tais interações”. Ainda assim, advertiram, “é crucial que tal expansão do escopo das contas não ocorra à custa de fundos necessários para manter, atualizar e melhorar as contas atuais do PIB”.

Dinheiro não compra felicidade. Mas podia, talvez, comprar a capacidade de medi-la. ▢

HBR Reprint R1201B-P

Para pedidos, página 82



Justin Fox é autor de *O Mito dos Mercados Racionais* (Best Business, 2011) e diretor editorial da Harvard Business Review

LÍDERES EM DESENVOLVIMENTO HUMANO AJUSTADO À DESIGUALDADE

Essa versão do ranking da ONU considera o grau de desigualdade nos três aspectos medidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano.

1. NORUEGA
2. AUSTRÁLIA
3. SUÉCIA
4. HOLANDA
5. ISLÂNDIA
6. IRLANDA
7. ALEMANHA
8. DINAMARCA
9. SUÍÇA
10. ESLOVÊNIA